

**PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
DE GARANTIA DE CRÉDITO DO VALE DOS SINOS**

AGC SINOS

Do

dezembro/2007

Sumário

1.APRESENTAÇÃO	4
2.JUSTIFICATIVA	6
3. O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA AGC SINOS	10
3.1 Objetivos.....	10
3.2 Proponente	11
3.3 Estrutura de governança	11
3.4 Responsabilidades	11
3.5 Caracterização do modelo	12
3.6 Plano de implementação e cronograma	16
3.6 Orçamentos	17
3.7 Cronograma físico-financeiro	17
4.IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS	18
5.BIBLIOGRAFIA	24
ANEXO I	25

1. APRESENTAÇÃO

As Associações de Garantia de Crédito (AGCs), também chamadas de Sociedades Garantidoras de Crédito (SGCs), surgiram na Itália, na década de 50, sob a denominação de CONFIDIS. Grupos de micro e pequenas empresas daquele País se reuniram para encontrar uma forma de facilitar o seu acesso ao crédito. Isto porque as empresas, em geral, não possuíam as garantias reais exigidas pelos bancos para a concessão de financiamento e tão pouco podiam pagar as altas taxas de juros exigidas para empresas deste porte. O modelo rapidamente se difundiu pelo mundo e hoje está presente em diversos países.

No Brasil, a iniciativa foi apresentada pelo governo da Região do Vêneto ao governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1999, durante o processo de irmanamento das regiões. Logo depois, a Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Estado, a Prefeitura de Caxias do Sul, a Câmara da Indústria e Comércio de Caxias do Sul e o SEBRAE firmaram convênio para a elaboração do projeto de implantação da AGC Serra, piloto no Brasil, inaugurada em dezembro de 2003.

A partir deste Projeto, se consolidou no Brasil o Fórum Nacional de Garantias de Crédito, promovido pelo Banco Central do Brasil, SEBRAE, FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos e outros atores, com apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC. Estas instituições têm fomentado o surgimento de novas AGCs no País, desde que os atores locais se organizem e elaborem os projetos por

iniciativa própria.

Neste contexto a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Estância Velha e Campo Bom (ACI), após ser informada do modelo por representantes do MDIC, tomou a iniciativa de iniciar uma articulação com as prefeituras locais e com o SEBRAE para analisar as possibilidades de elaboração de um projeto para a implantação de uma AGC no Vale dos Sinos.

Após inúmeras reuniões, realizadas ao longo do ano de 2007, com apoio de consultoria especializada, foi constatada a necessidade de implantação de uma AGC na região, tendo em vista que o setor produtivo local é formado, principalmente por micro e pequenas empresas que apresentam dificuldades de acesso ao crédito, significativo instrumento para a realização de investimento e para o crescimento das empresas, geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico e social.

Desta forma, foi tomada a iniciativa de elaboração do presente projeto, para a realização de estudos que visam a implantação da AGC Sinos, com o objetivo principal de propiciar o crescimento das micro e pequenas empresas, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento econômico e social dos municípios de Novo Hamburgo, Estância Velha e Campo Bom. É interessante ressaltar que posteriormente a o projeto poderá ser estendido aos demais municípios da região do Vale dos Sinos.

O projeto consiste na elaboração dos estudos necessários para identificação da viabilidade de implantação de uma AGC na região dos Sinos e caracterização do modelo operacional do Projeto.

O presente documento apresenta a justificativa, a caracterização do modelo de AGCs, a descrição do Projeto e uma estimativa dos impactos sócio-econômicos para a geração de empregos formais e ICMS no Município.

2. JUSTIFICATIVA

O crédito bancário é um elemento fundamental do desenvolvimento econômico. É a partir dele que os empresários que não conseguiram acumular capital próprio tem condições de realizar investimentos na atividade produtiva, como o desenvolvimento de inovações tecnológicas, compra de máquinas e equipamentos, expansão da produção, o acesso à novos mercados, contratação de pessoal, ente outros. O economista Joseph Schumpeter (1997), destacava já em 1942 a importância da inovação para o desenvolvimento econômico e do crédito para a realização das atividades de inovação.

Pesquisa realizada pelo SEBRAE-RS em 2003 constatou que as principais necessidades das MPEs para o crescimento referem-se à crédito e fomento (60% das empresas pesquisadas), seguido por acesso a mercados, consultoria em gestão e educação. Segundo a mesma pesquisa os fatores que mais dificultam a tomada de financiamento pelas MPEs, são:

- as exigências dos bancos de garantias reais para a concessão de financiamento (46% das empresas pesquisadas),
- taxas de juros elevadas (40%),
- capacidade de pagamento da empresa (8%), e
- outras (6%).

Diante das dificuldades, várias iniciativas vêm sendo desenvolvidas no Brasil, desde a década de 1990, com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito. De acordo com a experiência internacional e com a bem sucedida experiência piloto da Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha, em Caxias do Sul, as associações de garantia de crédito constituem uma solução para promover o desenvolvimento econômico.

Associações de Garantia de Crédito (AGC's) são organismos criados para fornecer garantia acessória às empresas associadas para obtenção de financiamento junto aos bancos.

O objetivo geral das AGC's é promover o desenvolvimento econômico e social por meio da facilitação do acesso das empresas a financiamentos, uma vez que estas têm dificuldades em oferecer as garantias solicitadas pelos bancos e por meio da diminuição das taxas de juros. As AGC's objetivam equacionar o *trade-off* existente entre a necessidade das instituições financeiras de exigir garantias para se salvaguardar no caso de inadimplemento e a ausência de garantias por parte das empresas.

O problema é maior no caso das micro e pequenas empresas (MPE's) que apresentam maior dificuldade de assegurar aos bancos o reembolso dos recursos financiados. Geralmente, os bancos exigem maiores garantias das MPE's em relação às empresas de maior porte. Isto ocorre em função do maior risco de inadimplência destas, em relação às demais, alto grau de mortalidade, desorganização das informações gerenciais e financeiras, ausência de balanços patrimoniais, já que por lei não estão obrigadas a apresentar, vulnerabilidade e volatilidade do mercado brasileiro.

Ao garantir ao banco, que parte do recurso a ser financiado, será reembolsada pela AGC, no caso de inadimplemento da empresa financiada, o risco do banco se reduz significativamente. Isso ocorre porque o risco do crédito passa a ser partilhado entre o banco e a AGC.

Desta forma, as AGC's podem facilitar o acesso das MPE's a financiamentos, incluindo melhores condições operacionais como taxas de juros menores e prazos de amortização mais elásticos, em função da redução do risco de crédito incorrido pelos bancos. De outro lado, para os bancos, significam aumento da carteira de clientes e de volume de operações de crédito, além da redução de custos operacionais decorrentes de execuções jurídicas, uma vez que as AGC's oferecem garantia líquida, ou seja, em moeda corrente, ao invés de hipotecas e alienações fiduciárias, dentre outros tipos de garantias.

Além de garantir financiamentos às empresas associadas junto às instituições financeiras, as AGC's podem ter como objetivos oferecer suporte técnico, organizando as informações exigidas pelos bancos quando da solicitação de financiamento, promovendo melhorias dos processos administrativos e elaborando planos de negócios.

A **experiência internacional** tem demonstrado o sucesso do modelo para a

promoção do desenvolvimento econômico e social. Na maioria dos países europeus têm-se desenvolvido sistemas de garantias que buscam facilitar o acesso ao crédito comercial por parte das micro e pequenas empresas. Em países como Itália, Espanha, França o modelo de sociedades de garantia de crédito já está consolidado e bastante difundido.

De acordo com Trevisan (2002) na Itália, os sistemas de garantia mútua, denominados CONFIDI's, surgiram na década de 1950, por iniciativa dos micro e pequenos empresários, que mediante a solidariedade, desejavam superar as dificuldades de aceder a fontes de financiamento externas. Os primeiros CONFIDI's surgiram no setor de artesanato, expandindo-se para a indústria na década de 1960, e para o comércio, nos anos 1970.

Hoje na Itália são mais de 807 CONFIDIS que beneficiam 1 milhão de micro e pequenas empresas (dados de 2003) e mais de 11 milhões de Euros em garantias concedidas. O modelo foi implantado com sucesso na Espanha, França, Canadá e Argentina entre outros países.

No **Brasil**, o modelo piloto, a AGC Serra, foi implantado em 2003, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, tendo iniciado o atendimento às empresas em abril de 2005. Atualmente a AGC Serra possui 266 empresas associadas, foram emitidas 135 cartas de garantia que somam mais de R\$ 3 milhões de garantias concedidas, viabilizando R\$ 5,4 milhões em financiamentos para as MPMEs da Região da Serra, o que demonstra, na prática, que o modelo viabiliza o acesso das empresas ao crédito e que responde as necessidades destas.

A Associação possui convênios para operação com os seguintes bancos: Banco do Brasil, Banrisul, Caixa-RS, BRDE, SICREDI e Banco Central do Uruguai.

A AGC Serra é fruto de uma ampla parceria público-privada. Instituições do setor privado e do setor público, aportaram recursos para seu funcionamento e participam do Conselho de Administração. Os parceiros responsáveis pelo projeto de implantação da AGC Serra são: SEDAI / Governo do Estado do RS, SEBRAE/RS e SEBRAE/NA, Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, Prefeitura de Caxias do Sul / Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Região do Vêneto/Itália, através da Associação Industrial da Província de Vicenza e Banco Interamericano de Desenvolvimento / BID.

Este projeto piloto vêm sendo monitorado por todos estes parceiros, pelo Banco Central do Brasil e órgãos de governo. Os resultados obtidos têm incentivado estas instituições o fomentar a difusão do modelo pelo País. Assim estão surgindo iniciativas no Paraná, São Paulo e no Rio Grande do Sul, no Vale dos Sinos.

De acordo com empresários e demais representantes da ACI e das poderes públicos municipais de Novo Hamburgo, Estância Velha e Campo Bom, a dificuldade de acesso ao crédito é também um problema para as MPEs da região que se intensificou com a crise do setor calçadista que intensificou a necessidade de realização de investimentos por parte das empresas para a diversificação produtiva e busca de diferenciais no mercado cada vez mais competitivo, notadamente a partir da geração de produtos inovadores em design, materiais e outros.

A Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Estância Velha e Campo Bom (ACI) vêm trabalhando desde o início do ano de 2007 na análise do modelo de AGCs, promovendo discussões com as prefeituras dos municípios citados e com o SEBRAE, para verificar a possibilidade de implantação de uma AGC na região do Vale dos Sinos.

Após inúmeras reuniões, foi constatado que a implementação de uma AGC poderá facilitar o acesso das MPMEs ao crédito para a realização de investimentos e com isto, promover a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico e social da região.

A partir de uma rápida análise das informações da RAIS/ MTE, foi possível identificar a concentração de empresas de diversos setores produtivos na região. Juntos os três municípios somam o total de 9.787 empresas (dados da RAIS de 2005), sendo 2.825 do setor secundário, 6.901 do setor terciário e apenas 61 do setor primário. Estas empresas empregam no total 104.635 profissionais, sendo 54.231 na indústria, 50.226 no comércio e serviços e 178 na agropecuária. São, na sua grande maioria, micro e pequenas empresas.

Com base nas informações apresentadas anteriormente pela pesquisa do SEBRAE sobre as demandas das MPEs para crescimento que grande parte destas empresas tenham interesse em tomar financiamentos, mas que apresentem dificuldades de acesso a estes, em função tanto das garantias reais exigidas, como das altas taxas de juros praticadas pelos agentes financeiros para MPEs, da insuficiência de informações

organizadas sobre a gestão financeira das empresas, entre outros aspectos e na densidade de MPEs existentes na região, verifica-se o potencial para instalação de uma AGC enquanto instrumento para o desenvolvimento econômico e social.

3. O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA AGC SINOS

3.1 Objetivos

Objetivo geral

Subvenção econômica à ACI – NH/CB/EV para a elaboração de estudo de viabilidade técnica e de caracterização do modelo operacional para implantação da Associação de Garantia de Crédito dos Sinos visando a promoção do crescimento das MPEs e o desenvolvimento econômico e social.

Objetivos específicos

1. Elaborar o estudo de viabilidade econômica-financeira para a implantação da AGC Sinos
2. Elaborar uma pesquisa de mercado para implantação da AGC Sinos
3. Elaborar o projeto para implantação da AGC Sinos
4. Definir modelo de gestão, operacionalização, formato jurídico, formulários e demais documentos
5. Apresentar o projeto para a sociedade econômica regional
6. Sensibilizar parceiros potenciais
7. Proporcionar condições para a criação e ampliação de estabelecimentos produtivos de micro e pequenas empresas
8. estimular o adensamento das cadeias produtivas regionais
9. incentivar as empresas já instaladas a ampliarem sua produção, através da modernização de seus maquinários e/ou instalações, e de inovações tecnológicas significativas com a adoção de novos processos produtivos, com ou sem a diversificação de linha de produção existente
10. viabilizar condições de instalação no Município de empresas de outras regiões do território nacional ou do exterior

3.2 Proponente

- Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Estância Velha e Campo Bom – ACI.

3.3 Estrutura de governança

A gestão do Projeto será realizada por um Comitê Gestor, já constituído, formado por representantes de cada um dos parceiros do Projeto, a serem indicados pelas instituições parceiras.

ACI ?

A gestão financeira e técnica do Projeto será de responsabilidade da ACI-NH/CB/EV.

A **orientação** técnica do Projeto será realizada por consultora especializada, conhecedora do modelo de AGCs e com experiência de atuação em AGCs, a ser contratada.

O **apoio técnico** para a execução do Projeto será realizado pela equipe de profissionais da ACI.

O modelo de gestão da AGC será desenvolvido no Projeto, em conjunto com os parceiros, sob orientação da consultoria. Terá características de profissionalismo e eficiência, incluindo transparência nas tomadas de decisões e auditoria independente, com objetivo de buscar credibilidade junto ao Sistema Financeiro.

3.4 Responsabilidades

Caberá a ACI:

- a. selecionar e gerir a equipe técnica;
- b. disponibilizar recursos conforme definições do plano de trabalho e cronograma físico financeiro;
- c. gerir a execução técnica e financeira do projeto de acordo com o plano de trabalho apresentado;
- d. providenciar a correta aplicação dos recursos, de acordo com a legislação pertinente;
- e. elaborar todos os registros contábeis do projeto de acordo com a legislação pertinente;
- f. apresentar os resultados do projeto, bem como comprova o cumprimento dos objetivos específicos;
- g. informar e apresentar documentos sempre que solicitados pela Prefeitura.

3.5 Caracterização do modelo

Objetivos

O objetivo geral da AGC é facilitar o acesso das MPME's associadas aos recursos financeiros de curto, médio e longo prazos junto às instituições financeiras.

Os objetivos específicos são:

- a) complementar garantias para as empresas sócias;
- b) efetivar esse instrumento de garantia de crédito nos financiamentos do sistema bancário e/ou cooperativo;
- c) possibilitar às micro e pequenas empresas menores custos nos financiamentos, em função da diluição do risco bancário com a AGC;
- d) incorporar competência gerencial nas empresas para redução de risco e maior impacto dos recursos financeiros empregados;
- e) estimular a constituição de uma rede institucional de suporte que supra as

MPMEs de outras necessidades, além do crédito; e f) estimular a difusão do modelo de sociedades de garantia de crédito no Brasil.

Público-alvo

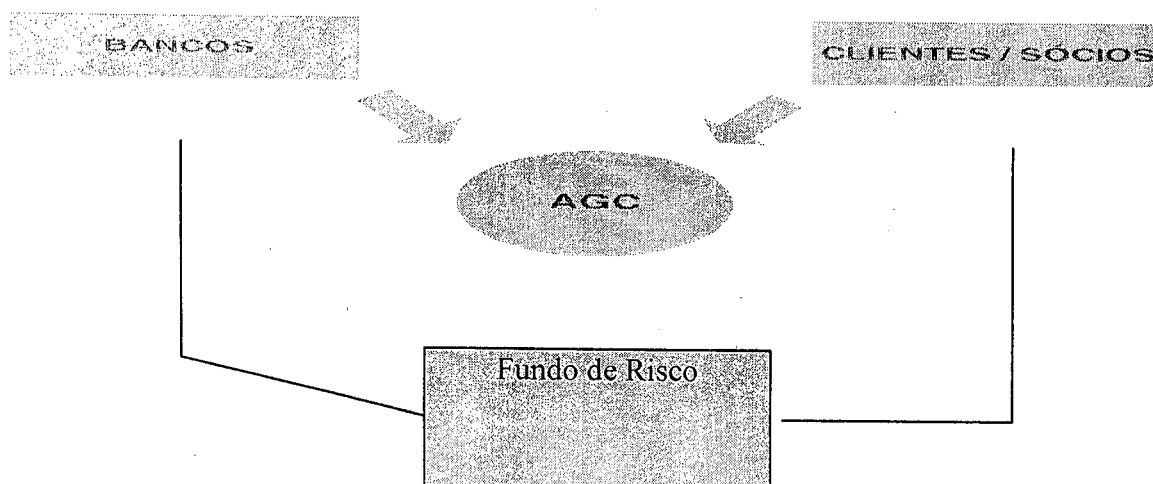
O Público-alvo da Associação são os micro, pequenos e médios empresários localizados nos municípios de Campo Bom, Estância Velha e Novo Hamburgo.

Operações

A AGC garante um percentual, a ser definido no Projeto, dos valores financiados pelos bancos conveniados para operações de capital de giro e investimento fixo.

Para isto a AGC constitui um Fundo de Risco, formado pela aporte de capital das empresas associadas e das instituições apoiadoras e deposita estes recursos nos bancos conveniados, em nome da AGC, para que possam constituir um “fundo de aval” que será utilizado, proporcionalmente, para garantir as operações de financiamento das empresas associadas, conforme pode ser observado na figura a seguir.

Figura – Esquema de funcionamento da AGC



Em geral o processo de tomada de garantia pela empresa ocorre do seguinte modo:

1. as empresas interessadas em obter garantias prestadas pela AGC para acessar financiamentos junto aos bancos, devem inicialmente associar-se a AGC;
2. as solicitações de garantia podem ser feitas diretamente a AGC ou por intermédio das instituições financeiras bancárias conveniadas;
3. a empresa associada paga uma comissão de garantia para a AGC;
4. de posse da solicitação da garantia e das informações econômico-financeiras da empresa, a AGC procede à análise técnica para a concessão de garantia;
5. uma vez concedida a garantia, a AGC envia a "Carta de Garantia" para o banco, juntamente com as informações da empresa para solicitação de financiamento e acompanha o processo junto ao banco;
6. o banco financia a empresa com garantia parcial da AGC; o valor monetário equivalente a garantia prestada pela AGC fica "caucionado" numa conta corrente a favor do agente financiador. Havendo inadimplência, este, com a devida autorização da AGC e após ter cumprido os trâmites necessários, como a execução judicial do devedor, acessa os recursos garantidos pela AGC. A AGC e o banco poderão tentar recuperar os valores inadimplidos.

Fundos de Risco e Fundo de Contra-Garantia

As garantias oferecidas pela AGC podem ser lastreadas em dois fundos de risco. A estrutura da Associação compreende dois fundos. Os recursos do Fundo de Risco constituem a garantia para os agentes financeiros nos financiamentos às empresas clientes. São depositados em bancos, conforme o interesse das empresas associadas, beneficiárias da garantia, e de negociações entre as instituições financeiras bancárias e a associação de garantia.

Em caso de inadimplemento das operações, esses recursos serão utilizados para cobrir os débitos nos bancos, no limite da garantia concedida, na hipótese dos recursos da própria Associação serem insuficientes para a cobertura da garantia pactuada. O primeiro avalista será sempre a Associação de Garantia de Crédito.

O Fundo de Contra-Garantia é um mecanismo que funciona nos moldes de um resseguro da carteira de garantias concedidas pela Associação, cuja função será dividir as garantias com o Fundo de Risco Local. Em caso de inadimplência de uma operação, a Associação poderá buscar junto ao Fundo Contra-garantidor a cobertura de 50% das perdas que foram garantidas pelo Fundo de Risco Local.

Convênios com bancos

Para a concessão de garantias exigidas pelos bancos na concessão de financiamentos e depósito do Fundo de Risco nos bancos conveniados, afim de viabilizar a concessão de garantia no caso de inadimplemento das operações de financiamento contratadas pelas empresas associadas, é necessário que a AGC firme convênios com os bancos parceiros. Nestes instrumentos são definidos, montantes de recursos do fundo de risco, capacidade de alavancagem destes recursos para garantia das operações de financiamento, sistemas de segurança de acordo com a taxa máxima de inadimplência admitida, fluxo operacional, entre outros aspectos inerentes às operações.

É interessante ressaltar que embora estas operações possam parecer um pouco complexas, diversos bancos já estão acostumados a sua operacionalização. São aqueles que mantêm já operam com a AGC.

Vantagens para as empresas

- Facilitar o acesso ao crédito
- Auxiliar na escolha e negociações com o banco
 - Reduzir o custo do crédito- taxas de juros e tarifas bancárias
 - Aumentar o valor dos financiamentos - devido as garantias adicionais
 - Facilitar as relações com os bancos
 - Contribuir para que a análise de crédito seja fundada na capacidade de rendimento
 - Auxiliar as empresas na gestão financeira e na preparação das informações para tomada de financiamento

Vantagens para os bancos que poderão resultar em redução da taxa de juros

- Reduzir o risco e a perda no caso de insolvência do devedor
- Usar o “canal” AGC para alcançar clientes
- Aumentar as relações com os empreendimentos e com os clientes potenciais, limitando os custos de promoção
- Redução das operações administrativas
- Receber informações “prontas” da AGC sobre empresas

3.6 Plano de implementação e cronograma

O plano de implementação do Projeto está dividido em três fases. A primeira fase compreende a articulação dos parceiros, estruturação do comitê gestor e formalização das parcerias para a elaboração do projeto. A segunda fase consiste na elaboração do projeto de implementação da AGC Sinos e a terceira, a implementação do projeto, ou seja, a criação da AGC Sinos.

O escopo das atividades e o respectivo cronograma de realização está descrito no quadro a seguir.

Quadro – Escopo e cronograma das atividades

ATIVIDADES	PRAZO
Orientação técnica do Projeto	Jan/08 à Jul/08
Pesquisa de diagnóstico econômico e financeiros dos municípios	Fev/08 à Abr/08
Elaboração do Plano de Negócios e EVTE da AGC	Jun/08
Definição do fundo de risco e dos mecanismos de financiamento e formação do fundo	
Elaboração da pesquisa de mercado	Jul/08
Realização de seminário de apresentação do Projeto	Jul/08
Reuniões de sensibilização das empresas e demais parceiros	Jun, Jul/08
Elaboração do projeto de implantação da AGC Sinos	Jun, Jul/08
Elaboração de minutas de convênio com bancos	Ago/08
Elaboração de minuta de estatuto da AGC	Set/08
Estruturação do modelo operacional da AGC	Out/08
Definição do perfil da equipe técnica	Nov/08
Definição da estrutura física da sede da AGC	Nov/08
Descrição das necessidades de treinamento da equipe técnica	Nov/08
7. Formação das parcerias para implantação do Projeto	Nov/08
8. Redação das minutas de convênios	Dez/08

O prazo de execução compreende o período de 12 meses.

3.6 Orçamentos

O custo total de elaboração do projeto é de R\$ 99.937,24, assim distribuídos:

ACI – NH/CB/EV – R\$ 64.937,24

Prefeitura de Novo Hamburgo – R\$ 35.000,00

consultorias - R\$ 29.000,00

despesas diversas (jurídicas e registros) – R\$ 2.000,00

eventos - R\$ 4.000,00

Todas as despesas estão detalhadas no cronograma físico-financeiro, apresentado a seguir.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ATIVIDADES	Ago a Dez/07	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	RECURSOS R\$	RESPONSÁVEL
Despesas anteriores															
Deslocamento para reuniões	590,00													590,00 ACI	
Despesas administrativas	300,00													300,00 ACI	
Serviços de secretaria ACINH	2.000,00													2.000,00 ACI	
Consultoria técnica projeto	6.000,00													6.000,00 ACI	
Despesas do projeto jan a dez/08															
Consultorias															
Consultoria técnica de orientação do projeto		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	24.000,00 Novo Hamburgo	
Elaboração do diagnóstico dos municípios			1.500,00		1.500,00									3.000,00 ACI	
Elaboração do plano de negócios/ EVEF				2.500,00			2.500,00							5.000,00 Novo Hamburgo	
Elaboração do projeto de implantação						2.500,00		2.500,00						5.000,00 ACI	
Assessoria jurídica				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		1.000,00		1.000,00	8.000,00 ACI	
Recursos Humanos															
Serviços de secretaria ACI		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	6.000,00 ACI	
Serviços contábeis ACI		250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00 ACI	
Viagens e diárias															
Viagens e diárias consultores e pessoal ACI		357,36	357,36	357,36	357,36	357,36	357,36	357,36	357,36	357,36	357,36	357,36	357,36	4.288,32 ACI	
Viagens e diárias Brasília/ SP						3.000,00	2.000,00	3.000,00		2.000,00		2.000,00		12.000,00 ACI	
Despesas diversas															
Gastos administrativos (telefone, internet, correios)		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	6.000,00 ACI	
Despesas jurídicas e registros										500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00 Novo Hamburgo	
Eventos															
Seminário local												2.000,00		2.000,00 Novo Hamburgo	
Lançamento do Projeto													2.000,00	2.000,00 Novo Hamburgo	
Evento de entrega do Projeto – nacional							2.000,00	2.000,00						4.000,00 ACI	
Imprevistos 5%		396,58	396,58	396,58	396,58	396,58	396,58	396,58	396,58	396,58	396,58	396,58	396,58	4.758,92 ACI	
TOTAL	8.890,00	4.003,94	5.503,94	7.503,94	6.503,94	10.503,94	11.503,94	12.503,94	6.003,94	6.503,94	5.503,94	8.503,94	7.503,94	99.937,24	

Despesas de secretaria: R\$ 500,00/mês

Despesas de contabilidade: R\$ 250,00/ mês

Viagens e diárias – R\$ 59,56 cada deslocamento sem pernoite POA/NH e NOV/EV/CB n- critério SEBRAE. Considerados 6 deslocamentos/mês

Gastos administrativos – R\$ 500,00/mês

Despesas de locomoção Brasília/ SP – R\$ 1.000,00 cada passagem e R\$ 250,00 cada diária.

Consideradas 3 viagens para duas pessoas com duas diárias na segunda fase e duas viagens para duas pessoas na terceira fase.

4. IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

De acordo com informações do SEBRAE/ UASF, cerca de 63% das microempresas e 46% das empresas de pequeno porte no Brasil nunca tomaram financiamento bancário. Em pesquisa realizada pelo SEBRAE, foi constatado que 40% das empresa não conseguem ter acesso ao crédito devido a dificuldades em apresentar as garantias exigidas pelo sistema bancário. As empresas buscam financiamento principalmente para a realização de investimentos na atividade produtiva, como aumento do volume de produção, ampliação das instalações físicas, modernização da produção, por meio da compra de máquinas e equipamentos e pelo desenvolvimento tecnológico, lançamento de novos produtos. Sem ter acesso ao crédito, as empresas têm dificuldade para realizar estes investimentos, uma vez que contam apenas com recursos próprios que podem ser insuficientes para alavancar um aumento de produção, por exemplo. Neste caso, sem financiamento a empresa deixa de crescer e de gerar mais empregos, tributos e renda na economia.

Neste contexto, as Associações de Garantia de Crédito (AGCs) ao facilitarem o acesso das MPEs ao crédito, contribuem para o seu crescimento e com isto para o aumento de postos de trabalho e de renda. Empresas que aumentam seu volume de produção, conquistam novos mercados e se modernizam, empregam mais, pagam mais tributos e a renda gerada se multiplica no sistema econômico.

Ainda não existem estudos formais que mensurem o impacto das AGCs sobre a geração de emprego e renda, embora saiba-se que isto é decorrência natural do processo de capitalização do setor produtivo.

É objeto do presente projeto a realização de um estudo de mercado que identifique o número de empresas a serem beneficiados por uma AGC em Novo Hamburgo. A partir deste estudo poderá ser calculado com maior precisão o impacto da implantação de uma AGC sobre a geração de emprego e renda no Município. Sem ter os dados desta

pesquisa, podemos utilizar como base as informações sobre número de empresas e empregados formais, da RAIS/ MTE, informações sobre a relação entre financiamento para investimento e geração de empregos formais e ICMS fornecidas pelo BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul¹ e as informações já existentes sobre o volume de financiamentos viabilizados pela AGC Serra de Caxias do Sul (vide gráfico 1, supra citado).

A seguir faremos uma estimativa da relação entre postos de trabalho formais, geração de ICMS e volume de recursos financiados para empresas (a); impactos sócio-econômicos gerados a partir da implantação da AGC Serra no período 2005-2007 (b); e uma projeção para Novo Hamburgo, conforme os dados da RAIS/MTE e a experiência da AGC Serra (c).

A experiência recente da AGC Serra, instalada em Caxias do Sul, comprova o crescimento do volume de crédito obtido pelas empresas associadas, em função da garantia de crédito obtida. Conforme pode ser observado nos gráficos 1 e 2, a seguir, a AGC Serra viabilizou R\$ 7,7 milhões em financiamentos para as MPMEs associadas para investimentos no aumento da produção, ampliação de instalações e modernização, entre outros itens.

a) Relação do número de empregos e ICMS e volume de financiamentos para empresas

Para identificarmos o impacto da implantação de uma AGC para a geração de emprego e renda podemos estimar a relação destes dados com o volume de financiamentos concedidos às empresas, ou seja, podemos deduzir quanto em empregos e ICMS são gerados a partir de determinado montante de financiamentos concedidos.

De acordo com informações publicados pelo BRDE, em 2007 o Banco contratou operações de financiamento no valor de R\$ 1.115.369.000,00. Segundo informações das empresas clientes do Banco e projeções do mesmo, estes investimentos deverão gerar 40.020 empregos formais e R\$ 175.772.000,00 em incremento de ICMS para a economia

¹ Vide www.brde.com.br/institucional/estatisticas.

gaúcha. Estes dados são informados pelas empresas ao Banco, durante o processo de análise de projetos para financiamento.

Desta forma, temos a seguinte informação:

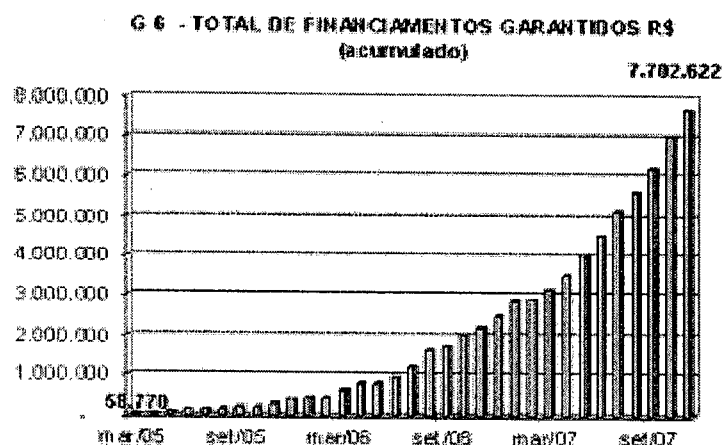
Relação entre recursos financiados para empresas e geração de trabalho e ICMS
<i>R\$ 1 milhão de recursos financiados para empresas geram :</i> <ul style="list-style-type: none">- 41 postos de trabalho formais e- R\$ 157.590,00 de incremento ao ICMS.

FONTE: BRDE – www.brde.com.br, em 19/02/2008.

b) Impactos sócio-econômicos estimados para a experiência da AGC Serra - 2005-2007

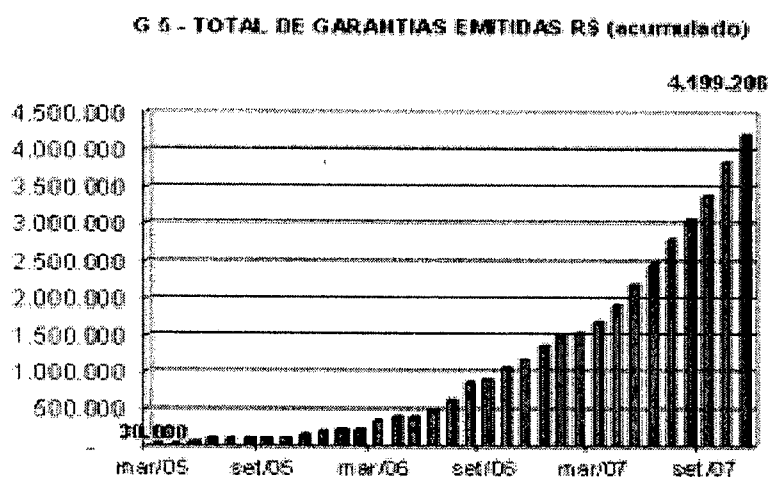
Como já existem informações concretas sobre a operação da AGC Serra, em Caxias do Sul, referentes ao volume de financiamentos concedidos por bancos parceiros a partir das garantias disponibilizadas pela AGC, mas ainda não foi realizado um levantamento dos empregos e tributos gerados, vamos estimar o volume de empregos e ICMS gerados a partir da relação exposta acima, com base nas informações do BRDE e no volume de financiamentos viabilizados pelas garantias concedidas pela AGC Serra para apresentar um resultado concreto do modelo.

Gráfico 1 – Total de recursos financiados para as MPMEs
associadas a AGC Serra - Mar/2005 à set/2007



FONTE: WWW.agcserra.org.br

Gráfico 2 – Total de garantias emitidas pela AGC Serra –
Mar/2005 à Set/2007



FONTE: WWW.agcserra.org.br

Conforme o gráfico 1, a AGC Serra propiciou R\$ 7.702.622,00 em financiamentos para as empresas associados a partir das garantias concedidas, entre 2005 e 2007. De acordo com as informações sobre a relação entre financiamentos e geração de empregos e ICMS disponibilizadas pelo BRDE (vide item a) pode-se estimar que este volume de recursos possa gerar:

- 316 empregos e

- R\$ 1.213.856,21 em incremento de ICMS³

c) Projeções para Novo Hamburgo

Para estimar o número de empregos e ICMS a ser gerado em Novo Hamburgo, utilizamos as informações da RAIS/MTE sobre número de empresas existentes em 2006 combinadas com as estimativas para geração de emprego e ICMS do BRDE. É preciso ainda estimar o volume de financiamentos concedidos a partir da implantação da AGC Sinos. Ainda não dispomos destes dados, uma vez que serão objeto do estudo de mercado e de viabilidade econômica -financeira a serem elaborados a partir deste projeto. Desta forma, estabelecemos algumas premissas para poder elaborar os cálculos, com base na experiência da AGC Serra e no tamanho do setor produtivo do Município. Salientamos que estas informações poderão ser modificadas em função das análises que serão realizadas nos estudos a serem realizados.

De acordo com os dados da RAIS/MTE que constam no anexo I, existem em Novo Hamburgo 7.275 empresas, das quais 7.255 são MPMES que poderão ser beneficiadas pela AGC Sinos.

Neste contexto, estimamos um número modesto de empresas a serem beneficiadas, diante do número total de empresas instaladas a fim de fazer uma projeção conservadora e portanto, minimizar o risco de possíveis diferenças com os acontecimentos futuros. Como trata-se de uma implantação, a exemplo da AGC Serra, a AGC Sinos deverá iniciar suas atividades atendendo um número pequeno de empresas, de acordo com sua capacidade operacional inicial e levando-se em consideração um período de treinamento e consolidação dos processos operacionais. Assim, estima-se que sejam atendidas 50 empresas no primeiro ano, 150 empresas no segundo ano, 250 no terceiro, 400 no quarto e para 700 empresas (9,6% do total de MPMES estabelecidas em Novo Hamburgo) no quinto ano.

3 R\$ 7.702.622,00(volume de financiamento propiciado pela AGC Serra)* 41 (empregos gerados a cada R\$1 milhão em financiamentos para empresas)/ 1.000.000,00 = 316 empregos

R\$ 7.702.622* R\$ 157.590,00 (ICMS gerado a cada R\$ 1 milhão em financiamentos)/ 1.000.000,00 = R\$

Tomando-se por base o valor médio de financiamentos concedidos as empresas associadas a AGC Serra, de R\$ 40 mil por empresa, o montante de financiamentos concedidos às 700 empresas estimadas poderá chegar a R\$ 28 milhões em cinco anos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

1.213.856,21.

Quadro – Estimativa de MPMES beneficiadas, volume de financiamentos a serem concedidos a partir da implantação da AGC Sinos em 5 anos, empregos formais e ICMS – Em R\$

	2009	2010	2011	2012	2013
Empresas a serem beneficiadas	50	150	250	400	700
Financiamentos a serem concedidos a partir das garantias disponibilizadas pela AGC Sinos*	2.000.000	6.000.000	10.000.000	16.000.000	28.000.000
Estimativa de empregos formais**	82	246	410	656	1.148
Estimativa de incremento ao ICMS***	315.180	945.540	1.575.900	2.521.440	4.412.520

(*) Considerando-se o valor médio de R\$ 40 mil em financiamentos por empresa, conforme estatísticas da AGC Serra.

(**) R\$ 1 milhão em recursos financiados geram 41 empregos. Logo, R\$ 2 milhões = 82 empregos,...Fonte: BRDE.

(***) R\$ 1 milhão em recursos financiados geram R\$ 157.590,00 em ICMS. ...Fonte: BRDE.

Ressalta-se novamente que a confirmação destas informações depende da elaboração do estudo de mercado e de viabilidade econômica-financeira do Projeto, que determinarão o tamanho do mercado, ou seja, das empresas aptas a tomarem financiamento e obterem garantia de crédito e das quantidades ótimas de empresas e montantes de garantia a serem trabalhadas para a sustentabilidade da AGC Sinos.

De acordo com a relação entre financiamentos concedidos e geração de empregos formais e ICMS, apresentada no item “a” deste capítulo, os impactos sócio-econômicos, com base nestes indicadores estimados para a AGC Sinos, apresentados no quadro supra citado, demonstram que já no primeiro ano de atuação poderão ser gerados 82 empregos formais e R\$ 315.180,00 em incrementos ao ICMS. Com a evolução das operações poderá se chegar a um total de 1.148 empregos e R\$ R\$ 4.412.520 em ICMS ao término dos cinco primeiros anos de atuação da AGC.

4. BIBLIOGRAFIA

AGC Serra. Resumo Executivo. Caxias do Sul, 2002.

CHIEZA, Rosa Angela; AMBROS, Júlia Ortiz. A importância do Crédito na visão Schumpeteriana e a experiência gaúcha na busca de alternativas à ampliação do acesso ao crédito para empresas de menor porte. III Encontro de Economia Gaúcha- Área: Desenvolvimento Econômico, PUC, Porto Alegre, Anais: 2005.

OLIVEIRA, Julio Cesar de. O papel do Crédito na Teoria Schumpeteriana do Desenvolvimento Econômico. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 1993.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico. Uma investigação sobre Lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo, Nova Cultural, 1997.

SEBRAE. www.sebrae.com.br Acesso em 16/09/2005.

STIGLITZ, Joseph. GREEEWALD, Bruce. Rumo a um novo paradigma em economia monetária. São Paulo, Francis, 2004.

TREVISAN, Nicola. Estudo de Viabilidade e Identificação de um Eventual Projeto Piloto de um Sistema de Garantia para PMEs. Padova, 3/03/2002 (mimeo).

**ANEXO I – Número de empresas por porte na indústria, comércio e serviços de
Novo Hamburgo – 2006 - RAIS/MTE**

NOVO HAMBURGO	Nº DE FUNCIONÁRIOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS DE INDÚSTRIA	Totais
MICRO EMPRESA	ZERO	208	1702
	ATE 4	870	
	DE 5 A 9	384	
	DE 10 A 19	240	
PEQUENA	DE 20 A 49	196	265
	DE 50 A 99	69	
	DE 100 A 249	41	
MÉDIA	DE 250 A 499	10	51
	DE 500 A 999	6	
	1000 OU MAIS	0	
	Total	2.024	2.024

NOVO HAMBURGO	Nº DE FUNCIONÁRIOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO	Totais
MICRO EMPRESA	ZERO	408	2566
	ATE 4	1.734	
	DE 5 A 9	424	
	DE 10 A 19	195	
PEQUENA	DE 20 A 49	81	276
	DE 50 A 99	10	
	DE 100 A 249	6	
MÉDIA	DE 250 A 499	3	3
	DE 500 A 999	0	
	1000 OU MAIS	0	
	Total	2.861	2.861

NOVO HAMBURGO	Nº DE FUNCIONÁRIOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS	Totais
MICRO EMPRESA	ZERO	269	2070
	ATE 4	1.478	
	DE 5 A 9	323	
	DE 10 A 19	166	
PEQUENA	DE 20 A 49	106	272
	DE 50 A 99	23	
	DE 100 A 249	14	
MÉDIA	DE 250 A 499	5	11
	DE 500 A 999	3	
	1000 OU MAIS	3	
	Total	2.390	2.390

**Total de Empresas de Novo
Hamburgo**

7.275

FONTE: SEBRAE/ RAIS, 2006